
Sumário

Introdução	13
Deriva da fenomenologia na clínica gestáltica: da descrição das essências à etica	

PARTE 1 – GÊNESE E CONSTRUÇÃO DE UMA CLÍNICA GESTÁLTICA, 29

1. FENOMENOLOGIA COMO PSICOLOGIA EIDÉTICA E A PRIMEIRA GERAÇÃO DA PSICOLOGIA DA GESTALT: DIVERGÊNCIAS	32
Franz Brentano: constituição intencional dos objetos imanentes.....	35
Crítica ao associacionismo.....	38
Teoria da intencionalidade	41
Psicologia descritiva	43
Edmund Husserl: constituição intencional dos objetos transcendentes e o nascimento da fenomenologia como psicologia eidética	45
Crítica de Husserl à noção brentaniana de imanência.....	48
Caráter universal das essências e a publicidade da consciência: os rudimentos da temática da correlação	49
Intuição e significação: as duas “caras” da intencionalidade ...	54
Transcendência dos objetos intencionais: rudimentos da temática do idealismo transcendental.....	68

Psicologia descritiva como eidética: a fenomenologia.....	72
Conseqüências para a história da psicologia	74
Nascimento da psicologia da Gestalt (primeira geração da	
<i>Gestalttheorie</i>).....	75
Os enunciados empíricos da psicologia da Gestalt.....	78
A tese do isomorfismo	82
A tese da transobjetividade	83
A noção de “figura e fundo”.....	85
Primeira geração da psicologia da Gestalt e a Gestalt-terapia ..	89
2. FENOMENOLOGIA COMO IDEALISMO TRANSCENDENTAL	
E A SEGUNDA GERAÇÃO DA PSICOLOGIA DA GESTALT:	
CONVERGÊNCIAS	96
Husserl: a fenomenologia transcendental do ego.....	101
Crítica à noção de coisa-em-si e a passagem para o idealismo	
transcendental.....	103
Redução fenomenológica	106
O ego transcendental	115
O problema do outro e a guinada ética da fenomenologia ..	117
Conseqüências para a história da psicologia	123
Segunda geração de psicólogos da Gestalt: a consciência como	
campo.....	124
Teoria de campo de Lewin.....	125
Teoria orgânica de Goldstein.....	127
3. PERLS LEITOR DA PSICOLOGIA DA GESTALT E A	
CONSTRUÇÃO DE UMA CLÍNICA GESTÁLTICA.....	132
As intenções programáticas de Perls nos anos 1930 e 1940 ...	133
Da crítica à metapsicologia freudiana à “terapia da	
concentração” na <i>awareness</i>	136
Fundamentação teórica da terapia da concentração: releitura	
gestáltica da psicanálise clássica	142
Leitura holística da psicologia da Gestalt.....	145

Aplicação do “pensamento diferencial” de Salomon Friedlaender.....	147
Da “leitura diferencial” da teoria organísmica à teoria do ego insubstancial.....	152
Fluxograma de autores importantes para a construção de uma clínica gestáltica.....	154

PARTE 2 – LEITURA FENOMENOLÓGICA DA CLÍNICA GESTÁLTICA, 161

4. <i>AWARENESS</i> E INTENCIONALIDADE.....	172
Encontro com Paul Goodman e o nascimento da Gestalt-terapia	172
Releitura fenomenológica da noção de <i>awareness</i>	175
Definição de <i>awareness</i>	176
Analogia entre o emprego fenomenológico da noção de intencionalidade e o emprego gestáltico da noção de <i>awareness</i>	182
<i>Awareness</i> e consciência	185
5. CONTATO E O <i>A PRIORI</i> DE CORRELAÇÃO	191
Releitura fenomenológica da teoria organísmica: o contato com <i>awareness</i>	191
Contato como <i>a priori</i> de correlação.....	193
Fronteira de contato como um evento temporal	196
Releitura fenomenológica da noção de ego insubstancial: o agente do contato	199
6. <i>SELF</i> E TEMPORALIDADE	203
Descrição geral do <i>self</i>	208
As funções do <i>self</i>	211
As dinâmicas do <i>self</i>	220

Redução à consideração dinâmica do <i>self</i>	220
<i>Self</i> como um sistema temporal	223
Aplicação do diagrama husserliano às dinâmicas do <i>self</i>	231
O sentido ético da teoria do <i>self</i>	236
 PARTE 3 – CLÍNICA GESTÁLTICA DOS AJUSTAMENTOS NEURÓTICOS, 241	
7. AJUSTAMENTOS NEURÓTICOS	247
Crítica à teoria freudiana da repressão (recalcamento).....	249
Teoria da inibição reprimida: figura e fundo da neurose	252
A inibição deliberada	252
A primeira etapa da repressão: a formação do hábito.....	253
A segunda etapa da repressão: a formação reativa.....	258
Definição de repressão	259
A neurose como perda das funções de ego (para a fisiologia secundária).....	261
Descrição dos ajustamentos neuróticos.....	263
8. ÉTICA DA INTERVENÇÃO CLÍNICA NOS AJUSTAMENTOS NEURÓTICOS	280
Psicoterapia como “análise gestáltica”	283
Psicoterapia como experiência de campo e a percepção do “outro”.....	290
Campo como ser de indivisão: uma leitura merleau-pontyana.....	291
A percepção de outrem.....	296
Outrem como Tu.....	300
O outro na experiência clínica	305

9. ESTILO GESTÁLTICO DE INTERVENÇÃO CLÍNICA NOS AJUSTAMENTOS NEURÓTICOS	313
Contato inicial e configuração do campo clínico	314
O contrato clínico.....	318
Diagnose e intervenção clínica	325
Diagnose como experiência de campo	325
O método reversivo da inibição reprimida.....	327
Um exemplo de reversão.....	334
A função do olhar clínico no desencadeamento das reversões	337
“Frustração habilidosa” como estilo de intervenção.....	339
Angústia e experimento clínico.....	347
Considerações finais: “a alta”	356
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	360

Introdução

Deriva da fenomenologia na clínica
gestáltica: da descrição das essências à ética

I

Na obra *Gestalt-terapia*, Perls, Hefferline e Goodman se propõem a apresentar uma nova clínica psicoterapêutica balizada na fé perceptiva de que, na relação social, nós nos recriamos, sem deixarmos de ser o que sempre fomos. Nas palavras dos autores: “a natureza humana básica é em parte dada, [...] mas em parte, [...] *cria a si própria* [...]” (PHG¹, 1951, p. 90; grifo dos autores). Para os fundadores da GT² é como se, no contexto da relação terapêutica, os consulentes pudessem recriar formas de lidar com isso que, em cada qual, não muda, precisamente, suas histórias; histórias essas que não se limitam àquilo que denominamos de biografias. E não bastasse a dificuldade de se saber o que é uma história ou em que medida uma história se distingue de uma biografia; a questão que agora se nos impõe é compreender até que ponto, no contexto terapêutico, os consulentes recriam a si mesmos. Afinal, essa recriação pode se dar a expensas da aceitação incondicional do modo de pensar do terapeuta. De onde se depreende o seguinte problema clínico: “como arregimentar o poder de ajustamento criador do paciente sem forçá-lo a encaixar-se no estereótipo da concepção científica do terapeuta[?]” (*Ibidem*).

Conforme os autores em tela, essa forma de propor a questão já está contaminada pelo prévio juízo de que o clínico possa impor sua concepção científica ou, então, de que a relação terapêutica não

implicará o próprio clínico, porquanto ele não passa de um “objeto da transferência do paciente” (*Ibidem*, p. 94). Em verdade, acreditam Perls, Hefferline e Goodman, o clínico “está em seu próprio crescimento dentro da situação, colocando sua pré-concepção em jogo” (*Ibidem*, p. 94-5). E já não podemos nos basear no mito de haver uma posição teórica inteiramente não sugestiva ou que não se deixe afetar na relação terapêutica. Há uma “contaminação” originária, a ponto de não podermos dizer se são as concepções do clínico que interferem na vida dos consulentes, ou se são as vivências dos consulentes que modificam as concepções teóricas do clínico. De onde se segue, da parte de Perls, Hefferline e Goodman, o reconhecimento de haver, no seio da experiência terapêutica, um “*a priori* de correlação”, relativamente ao qual: as repetições e as criações, as certezas teóricas e as lacunas epistêmicas não são mais que dimensões. Ora, *self* é o nome que Perls, Hefferline e Goodman dão a esse *a priori* de correlação, do qual a experiência terapêutica é tão-somente um caso.

O reconhecimento do primado de um *a priori* de correlação não é exclusividade da GT. Meio século antes, o filósofo Edmund Husserl (1913) já havia enunciado, com base nas lições do mestre Franz Brentano (1874), a vigência desse domínio de implicação – a que denominou de “consciência transcendental”. É verdade que, para Husserl, a plena compreensão desse *a priori* dependia de um trabalho de redução: passagem do nível empírico – praticado na linguagem cotidiana e científica – para um nível transcendental. Nesse nível, caberia ao fenomenólogo descrever não os objetos e os sujeitos empíricos envolvidos nas múltiplas experiências mundanas, mas o formato temporal da própria experiência, o qual consistiria na “presença originária” do “potencial” para o “atual”; a ponto de se poder dizer que, do ponto de vista dessa presença originária, a experiência consistiria num só campo temporal, numa só consciência transcendental. Ainda assim, Husserl admitia que os esclarecimentos fornecidos por uma investigação transcendental não fariam mais que exprimir, de maneira semanticamente “evidente”, uma compreensão já presente em nossa inserção “ingênuo” no mundo das coisas

e de nossos semelhantes. Qual seja essa compreensão: que em todas as nossas experiências partimos da “prévia presença” daquilo que se manifesta desde si, como uma vivência que nos é própria; embora possamos considerar tal vivência tanto do ponto de vista objetivo (o que faz dela uma coisa) quanto do ponto de vista subjetivo (o que é o mesmo que considerá-la um ato humano). Eis novamente aqui o *a priori* de correlação, apenas que descrito empiricamente, enquanto apresentação do mundo dos objetos e do mundo psíquico como as duas facetas de um só campo fenomenal. A fenomenologia, por sua vez, seria a descrição estritamente temporal desse campo fenomenal – o que faz dele uma consciência transcendental, domínio puro dos modos de correlação entre os atos subjetivos (e respectivos vividos) e os modos de doação do mundo ele mesmo. O que ainda assim implica a paradoxal admissão de algo que não é, de antemão, um indivíduo, precisamente o campo fenomenal entendido como generalidade potencial ou, simplesmente, consciência transcendental. E talvez esteja aqui a razão pela qual, ao deparar com a proposta clínica de Perls e com a noção de *self* que ela ensejava, Goodman tenha sugerido a fenomenologia como referencial teórico mais apropriado para pensá-los. Afinal, em ambos os casos, trata-se de trabalhar com base em um fundo irreduzível de potencialidades, em que não se pode dizer o que é meu e o que é do outro, o que é da cultura e o que é da natureza...

II

A fenomenologia que se pode ler nas páginas do *Gestalt-terapia* não se parece com aquela de Husserl, ao menos com a que se esforça para tratar o *a priori* de correlação como a presença originária do potencial para o atual. A descrição que os autores do livro *Gestalt-terapia* fazem do *a priori* de correlação tem antes ligação com os estudos que, na obra *Ego, fome e agressão* (1942), Perls fez das “patologias” à luz dos trabalhos de Goldstein (1933), especialmente de sua teoria da auto-regulação organísmica. No *Gestalt-terapia*, os autores retomam o tema da auto-regulação organísmica por compreenderem

nele um modo de apresentação de uma criatividade espontânea, que vigeria mesmo na patologia. É como se a noção de auto-regulação organísmica descrevesse empiricamente o *a priori* de correlação que caracteriza a presença do potencial para o atual.

Essa forma de fazer fenomenologia é evidentemente inspirada em outro pensador muito admirado pelos autores do *Gestalt-terapia*, ainda que não se tratasse de um fenomenólogo. Esse pensador é John Dewey (1922)³. Para ele, apesar de não se poder negar que muitos setores da ciência contemporânea se deixam afetar por teorias do conhecimento que só se interessam por objetos puros, desvinculados de nossas experiências não cognitivas, os próprios cientistas compreendem que a condução das investigações científicas está alicerçada em elementos não cognitivos: motivações pragmáticas relativas ao combate de uma epidemia, à melhoria da qualidade de uma semente para o plantio e assim por diante. O que, de alguma forma, corrobora a intuição fenomenológica sobre a prevalência de uma potencialidade pré-objetiva, que estaria a orientar nossas ações e nossos pensamentos no mundo da vida. Ainda assim, a delimitação desses valores não implicaria a suspensão do discurso da ciência. Ao contrário, é no âmbito da própria investigação científica que as motivações pré-científicas haveriam de aparecer. Eis então que – inspirados em Dewey – Perls, Hefferline e Goodman (1951) operam uma fenomenologia transcendental escrita não exatamente em termos científicos, mas apoiada no mundo da vida que esses termos tentam transformar.

Ora, esse recurso ao mundo da vida deu ao discurso fenomenológico de Perls, Hefferline e Goodman um caráter não apenas semântico, como se pode encontrar nos textos de Husserl. Inspirada em Dewey e atingida pelo apelo mundano presente nos experimentos de Goldstein e no trabalho clínico do próprio Perls, a fenomenologia escrita pelos fundadores da GT migrou da “evidência” das potencialidades desse campo temporal chamado consciência para a “obscuridade” daquilo que, inclusive na “patologia”, se mostra como algo estranho, como algo “outro”. Tal migração introduziu no discurso fenomenológico de Perls, Hefferline e Goodman uma orientação

ética – entendendo-se por ética a postura de abertura e acolhimento àquilo que se manifesta como motivação mundana, como algo “outro”. Essa postura está cunhada pelo uso do termo *êthos* (com a letra *eta* inicial, que em grego se escreve: ἦθος), o qual era empregado pela cultura helênica em seus primórdios para significar “morada, abrigo, refúgio”, lugar onde somos “autênticos e despidos” de defesas, onde estamos protegidos, abrigados, e podemos receber o outro. Emprego esse que não se confunde com aquele da expressão *éthos* (com *épsilon* inicial e cuja grafia em grego é: ἔθος), o qual designa nossa adesão deliberada a uma regra ou padrão de comportamento social. Na pena de Perls, Hefferline e Goodman, as potencialidades da experiência (entendida como um campo temporal ou consciência transcendental) passaram a incluir aquilo que não faz sentido, aquilo que não se deixa saber, que se revela antes como outro, como estranho. Ainda assim, trata-se de uma potencialidade que se apresenta e que, portanto, pode ser descrita.

Daqui se segue que a fenomenologia do livro *Gestalt-terapia* não é uma empresa inédita. O entendimento – de que a descrição do *a priori* de correlação não só pode como deve ser exercida a partir de nossa inserção no mundo da vida – foi antes formulado por Merleau-Ponty. Para ele, a fenomenologia:

[é] uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre “ali”, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar esse contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico. É a ambição de uma filosofia que seja uma “ciência exata”, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo “vivididos”. (Merleau-Ponty, 1945, p. 1-2)

Ainda assim, não obstante estabelecer essa mescla do transcendental (semântico) e do empírico (mundano), instituindo para a fenomenologia

logia uma deriva na direção da ética, a obra *Gestalt-terapia* conserva a estrutura metodológica sugerida pelo estilo husserliano: a) ela parte da suspensão e crítica das teorias clássicas sobre o que seja o *self*, em proveito do modo como se pode compreendê-lo na obra de Goldstein; b) depois, tenta pensar as funções ou estruturas fundamentais que caracterizam o *self* como um domínio de correlação e, por fim, c) se ocupa de descrever a dinâmica ou funcionamento espontâneo daquelas estruturas, o que remete o leitor à temática da temporalidade, núcleo duro da teoria do *self* e da diferença de perspectiva em relação a Goldstein.

Aliás, nesse particular, é preciso dizer que: se é verdade que é com base em Goldstein que Perls, Hefferline e Goodman compreendem a possibilidade de se descrever a experiência clínica como um evento espontâneo de conservação e crescimento, de repetição e criação; também é verdade que, porquanto as descrições de Goldstein ignoram a importância dos laços sociais remotos na constituição das relações de auto-regulação, Perls, Hefferline e Goodman transportam a temática da auto-regulação do plano material para o plano das relações intersubjetivas construídas temporalmente, sedimentadas como horizonte histórico. Os autores do *Gestalt-terapia* agregam às descrições de Goldstein uma dimensão histórica, exigida pelo discurso fenomenológico e pela prática clínica a que se propõem repensar. Por conta disso, a auto-regulação deixa de ser entendida como um processo de síntese de múltiplos fatores em torno de uma “necessidade” dominante (fome, sede, curiosidade...); e passa a designar um processo espontâneo de diferenciação, diferenciação de uma história em relação a si mesma, em decorrência das possibilidades de recriação abertas pelas contingências materiais, mesmo no caso das psicopatologias. Foi essa modificação, enfim, o que permitiu a migração das categorias goldsteinianas do campo da fisiologia para o campo da psicoterapia.

III

Pode parecer paradoxal, em uma obra que se ocupe de refletir sobre o significado dos comportamentos tradicionalmente denomina-

dos disfuncionais, patológicos ou anormais – como é o caso da obra *Gestalt-terapia* (1951) –, que seus autores se proponham como tarefa: elaborar uma teoria sobre o “excitamento e o crescimento” daquilo que, classicamente, se chamou de “personalidade” humana, mas que, mais ao estilo fenomenológico, preferiram denominar de *self*. Essa estratégia, todavia, nós a podemos encontrar em outras obras, tais como *A estrutura do comportamento* (1942) e *Fenomenologia da percepção* (1945), ambas de Merleau-Ponty. Também nelas, para falar do sentido filosófico do campo fenomenal descortinado pela percepção, seu autor baseia-se na descrição de quadros “patológicos”, como se eles pudessem nos ensinar algo sobre a normalidade como nem mesmo as mais sólidas teorias acadêmicas saberiam fazer. Esse parentesco entre o estilo de Merleau-Ponty, por um lado, e o de Perls, Hefferline e Goodman, por outro, não chega a ser surpreendente se temos em conta que, nas obras de todos eles, há um nome em comum, precisamente o de Goldstein. São os casos médicos e as reflexões de Goldstein que fornecem a Perls, Hefferline e Goodman, assim como a Merleau-Ponty quase contemporaneamente, a ocasião para compreenderem a vigência de uma significação pré-objetiva – que nos doentes está modificada ou comprometida – acerca da qual os modelos explicativos advindos das ciências naturais e do subjetivismo filosófico silenciam. Não apenas isso: é com a obra de Goldstein que todos eles aprendem a identificar, nas “patologias”, não apenas interrupções, mas formas criativas de emancipação das existências que foram atingidas por inibições de toda ordem.

Daqui não se segue que Perls, Hefferline e Goodman, por um lado, e Merleau-Ponty, por outro, se limitassem a comentar as descobertas experimentais de Goldstein. Tanto na obra *Gestalt-terapia*, quanto nas obras *A estrutura do comportamento* e *Fenomenologia da percepção*, seus autores procuram alcançar o significado filosófico das descobertas de Goldstein. Esse propósito levou Merleau-Ponty a apresentar os fenômenos descritos por Goldstein como expressão, ainda que “parcial”, de nossa inserção primordial no “campo fenomenal”. Já Perls,

Hefferline e Goodman, de modo semelhante ao de Merleau-Ponty, interpretaram aqueles fenômenos como um tipo específico de ajustamento criador, com base no qual deveríamos compreender nossa dinâmica de inserção integral no campo organismo/meio, qual seja essa dinâmica, o sistema *self*.

No caso de Perls, Hefferline e Goodman, entretentes, havia uma motivação adicional. Eles queriam, com base nos fenômenos estudados por Goldstein (e em função do sentido filosófico que nesses fenômenos se exprimisse), repensar a empresa psicoterapêutica. É como se a teoria do *self*, depois de refletir fenomenologicamente sobre os principais conceitos empregados por Goldstein para pensar a doença, devesse retornar ao “campo da patologia” – o que caracteriza uma postura ética (no sentido de *êthos*, com *eta*). Tal retorno e tal postura se prestariam menos para homenagear e mais para ultrapassar as análises de Goldstein, as quais não conseguiram reconhecer a importância da historicidade de cada qual na constituição de nossos ajustamentos no campo organismo/meio. Eis em que sentido, portanto, as ocorrências psicopatológicas descritas por Goldstein – e a teoria do *self* que, na mediação das idéias de Husserl, tais ocorrências ensejam – aparecem articuladas com a proposta de invenção de uma clínica, de uma deriva da fenomenologia na direção da ética, precisamente, a Gestalt-terapia.

IV

A transposição fenomenológica das idéias de Goldstein para o campo da clínica restabelece, para a noção mesma de clínica, um sentido há muito preterido pela etimologia oficial do termo. Conforme essa, clínica vem do adjetivo grego *klínikós* – que é aquilo que se exerce junto ao leito. Mas a compreensão segundo a qual, a cada instante, nossa experiência expressaria uma sorte de auto-regulação do tempo em torno de uma contingência material pouco ou nada tem a ver com aquela noção de clínica. O sentido marcadamente assistencial inerente ao uso médico do termo *klínikós* – e segundo o qual alguém administraria seu saber ou sua farmácia em proveito da

reabilitação de outro alguém incapacitado de cuidar de si autonomamente – de forma alguma traduz as intenções de Perls, Hefferline e Goodman. Muito antes de ser uma forma de cuidado, a clínica é para os fundadores da GT só mais uma entre as infinitas experiências de auto-regulação das quais participamos. O que nos permite arbitrar que, talvez, o uso da noção de clínica na GT tenha mais relação com o emprego ético (*êthos*) que os seguidores de Epicuro (341-270 a.c.) deram à expressão *clinamen*. Afinal, é nos termos desse emprego que os epicuristas designavam a capacidade que cada homem tem para introduzir, a qualquer momento, um desvio no curso de sua vida, de modo a deflagrar uma novidade para si mesmo. *Clinamen* é o movimento mesmo de desestabilização a partir do qual, no momento a seguir, nossa história e a natureza encontram uma nova composição, uma nova forma de relação. *Clinamen* é a denominação mesma da espontaneidade que, não por acaso e em sintonia com o pensar husserliano, Perls, Hefferline e Goodman reconheceram viger no coração do sistema *self*, como uma de suas principais características.

Em rigor, a expressão *clinamen* traduz a maneira como a física epicurista designa o “desvio” espontâneo que sofrem os átomos e que lhes propicia o encontro e a aglomeração. Afastando-se do rígido mecanicismo da física dos primeiros atomistas, Epicuro (conforme Pessanha, 1988, p. XI) afirma que, sem nenhuma razão mecânica, os átomos, em qualquer momento de suas trajetórias verticais, podem se desviar e se chocar. O *clinamen* aparece, então, como a introdução do arbítrio e do imponderável num jogo de forças estritamente mecânico. *Clinamen* é o que vem romper, no plano da física, com a idéia de pura necessidade, estendendo direito de cidadania à contingência. Mas os epicuristas não se limitaram a empregar o termo *clinamen* ao campo da física. Esta noção também mereceu um uso ético (no sentido de *êthos*, com *eta*). Se tudo o que há é formado de átomos, inclusive o homem, e se todo átomo está sujeito a um “desvio”, a noção de *clinamen* explica em que sentido podemos reconhecer a liberdade humana, a espontaneidade da alma, a autonomia da vontade. Esses

acontecimentos não são mais que um efeito do desvio que acomete cada homem em decorrência da própria constituição atômica⁴. De onde se segue enfim que, com a noção de *clinamen*, o epicurismo designa a espontaneidade que habita os diversos estratos de combinação atômica que constituem a existência, desde as ligações físicas mais simples às condutas humanas mais complexas.

Esse holismo inevitavelmente faz lembrar a maneira como, a partir da leitura fenomenológica que fez da psicologia da Gestalt, Goldstein reconheceu, nos mais elementares processos fisiológicos, a mesma intencionalidade ou poder de auto-regulação vigente nos comportamentos lingüísticos. Isso certamente não faz de Goldstein um epicurista, pois os epicuristas não trabalhavam com a idéia de auto-regulação; tampouco faz da noção de *clinamen* uma categoria fenomenológica, como querem Perls, Hefferline e Goodman. Afinal, Epicuro não relacionava a espontaneidade ao tempo. De toda sorte, no plano dos efeitos, podemos admitir que tanto a noção de *clinamen* quanto a noção de intencionalidade organísmica (tal como ela foi temporalmente interpretada por Perls, Hefferline e Goodman) designam um poder desviante, uma espontaneidade criadora. O que talvez nos autorize a denominar o projeto veiculado por Perls, Hefferline e Goodman – e que consiste na transposição das idéias goldsteinianas do campo da neurofisiologia para o campo da psicoterapia – um empreendimento clínico.

É preciso, entretanto, frisar que a GT não é e nunca se pretendeu uma teoria epicurista. A GT é uma forma de laço social cujo propósito é estabelecer (com base naquilo que no homem se manifesta como fundo temporal) uma deriva, um desvio, a repetição criativa de uma mesma história que, dessa forma, diferencia-se de si mesma. A GT, nesse sentido, é uma clínica, do mesmo modo que se diz que um *clinamen* é uma experiência de deriva. Ela não é uma ética (*éthos*) no sentido de um compromisso com uma regra ou valor, mas uma ética (*éthos*) no sentido de uma abertura ao inédito. Por outras palavras, a GT é uma forma de intervenção social cujo propósito é permitir a manifestação daquilo que faz derivar, precisamente, a espontaneidade

criadora de nossa história. Gestalt é o nome dessa espontaneidade; razão pela qual a GT se entende como uma “clínica gestáltica”.

Em certa medida, *clinamen* e *Gestalt* são termos que designam o mesmo acontecimento, precisamente, a emergência espontânea do inédito. A única diferença repousa em que, enquanto para o epicurismo o desviante nunca é por si só um todo, mas a pura contingência; para a tradição de pensadores que se reportam ao intuicionismo de Franz Brentano e a seu uso técnico do termo “Gestalt”, as *Gestalten* são totalidades pré-objetivas que imprimem, no campo fenomenal, seja ele físico (natural) ou cultural (instituído), não uma orientação psíquica, mas uma orientação inesperada. O que é o mesmo que dizer que as *Gestalten* não são nem necessárias nem contingentes; elas são próprias, no sentido em que se diz que uma intuição é algo próprio. E a questão que se levanta, quando se mira uma clínica gestáltica, é a seguinte: quem é esse desviante capaz de impor de maneira própria uma orientação inesperada?

V

O desviante – agente “invisível” da clínica gestáltica – não é uma essência semântica evidente, não é o ego puro como chancela absoluta da correlação entre nossos atos e o mundo ele mesmo. O desviante é sim “outro”, o “outro-eu-mesmo” de que falava Merleau-Ponty comentando a filosofia da intersubjetividade proposta por Husserl. Ou, ainda, o desviante é o “outro” tal como nós o vivemos no seio da “palavra-princípio EU-TU” formulada por Martin Buber e retomada por Perls, Hefferline e Goodman. Não se trata desse alguém achatado embaixo de nossas expectativas cotidianas, sabidas de antemão e desprovidas de surpresa. Esse alguém é apenas o semelhante, o espelho de nossas idéias e de nossos valores, o objeto em quem celebramos aquilo que nos dá identidade objetiva, pessoalidade ou personalidade (conforme preferem os fundadores da GT). Mas o outro em sentido radical é esse “terceiro”, ambíguo e impessoal, que não está nem dentro nem fora e para o qual somos arremessados toda vez que nossos consulentes nos surpreendem com um ato que não podíamos

prever. Ele é também esse efeito de nós mesmos num corpo que já não é o nosso e que percebemos como se tivesse adquirido vida própria, feito idéia que, depois de publicada, já não pertence mais ao seu autor, embora carregue consigo a marca dele. O outro é essa companhia antiga e onipresente, que nunca se manifesta igual; é esse rastro de nós mesmos que nunca conseguimos possuir e que, por isso, nos faz parecer com a natureza e com a humanidade, inatingíveis no essencial. O outro é o tempo, o “fundo” de passado e o “horizonte” de futuro que meu corpo e o corpo de meu semelhante, minhas palavras e as dele, juntos, tentam apreender como se pudessem reter, entre os dedos das mãos, fios de água vindos não se sabe de qual lugar, fluindo não se sabe para onde. A produção de laços sociais em que esse “outro” possa se mostrar, em que essa “deriva” venha a se produzir: eis o sentido ético da clínica gestáltica. Eis o que define a GT menos como um “saber” a ser administrado (junto ao leito) ou sustentado como suposição (junto ao divã); e mais como um “ato” de se deixar descentrar por aquilo que esteja acontecendo por si, desde si como um fenômeno outro, como o próprio outro entre o clínico e seu consulente.

Uma clínica – no sentido que estamos a apresentar – é, portanto, uma postura ética de tolerância àquilo que se mostra como outro. Mais do que isso: é a produção de um ajustamento social, em que uma deriva possa se manifestar. Acontece, todavia, que alguns ajustamentos parecem inibir a manifestação desse outro. Não querem permitir deriva alguma. Mantêm-se rígidos, como se pudessem controlar de maneira muscular a manifestação de um inesperado. Estamos falando dos comportamentos neuróticos, daqueles em que a espontaneidade perdeu lugar para um controle habitual, como se os laços sociais construídos entre mim e meu semelhante sofressem a ação de uma fisiologia secundária, involuntária, não sabida ou, se quiserem, inconsciente. Nada pode derivar e a repetição não é mais espontaneamente criativa. O outro perdeu direito de cidadania; entre mim e o semelhante parece só haver evitação de contato com aquilo

que, em cada qual, pode gerar mudança. Mas as formas de evitação são também criativas; muito embora elas não possam criar mais que uma ausência sentida, a ausência do outro, à qual Perls, Hefferline e Goodman denominam de ansiedade. Em vez do outro, a ansiedade. E o laço social não se amplia, porquanto a ansiedade é vazia, não repete uma história que pudesse ser transformada. Ora, o que aqui se passa? O que fez o sistema *self* se interromper? Como essa interrupção se formou? Como ela se manifesta? Pode ela ser revertida? Pode-se fazer uma “clínica” num ajustamento neurótico? Qual o sentido ético dessa clínica? Por meio de quais intervenções ela se estabeleceria?

VI

Nosso livro é uma tentativa de resposta às questões supra. Rigorosamente afiliados à obra *Gestalt-terapia*, ensaiamos aqui uma reflexão que se pretende um “retorno” a Perls, Hefferline e Goodman⁵. Mais do que idéias, esses autores nos propõem matrizes de idéias que pretendemos retomar à luz dos referenciais que eles mesmos apontaram, mas nem sempre exploraram, como é o caso da fenomenologia husserliana e seus desdobramentos no campo da psicologia da Gestalt e da filosofia francesa de inspiração fenomenológica. Não recorremos a esses referenciais, entretanto, para “fundamentar” as formulações dos criadores da GT. Fazemo-lo para demarcar o “desvio” que eles desencadearam por meio delas, sobretudo quando elegeram o “outro” – e não os modos de doação semânticos (ou essências) – como *telos* e princípio de uma releitura fenomenológico-gestáltica da clínica psicanalítica.

O trabalho que ora apresentamos é composto de nove capítulos dispostos em três partes. Os capítulos podem ser lidos independentemente, na ordem que melhor convier ao leitor. A organização em partes é uma sugestão de leitura que toma como parâmetro a historiografia dos conceitos empregados pelos fundadores da GT e a tradição de mais de vinte anos de ensino praticada pela co-autora deste livro. Mas essa organização não inviabiliza outras formas de leitura. De toda sorte, cabe informar que, na primeira parte do livro, partimos de um

estudo genético sobre a origem da noção de “Gestalt” e em que sentido ela repercutiu nas escolas e nos autores que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção de uma proposta clínica gestáltica; tal como nós a pudemos conhecer pela pena de Frederick Perls nos idos de 1940, ocasião em que escreveu e publicou a obra *Ego, fome e agressão*. Os dois primeiros capítulos, de leitura mais cerrada, são consagrados a dissertar sobre a maneira como a noção de Gestalt, primeiramente empregada para designar o fenômeno psíquico como uma totalidade autônoma, foi encampada por Husserl nos termos de uma psicologia das essências, a qual ensejou, por sua vez, a consecução de uma psicologia experimental dos fenômenos psíquicos tomados como estruturas autóctones (psicologia da Gestalt). O segundo capítulo trata das críticas de Husserl à psicologia da Gestalt, das transformações que ele próprio imprimira em seu filosofar de modo a distinguir a fenomenologia da psicologia e, por fim, do efeito dessas transformações sob os próprios psicólogos da Gestalt. Interessa-nos especialmente a maneira como a noção husserliana de campo como *a priori* de correção viabilizou um tratamento holístico da relação organismo-meio, tal como o lemos na obra de Kurt Goldstein. O terceiro capítulo trata do modo como essas noções foram assumidas por Frederick Perls em sua tentativa de releitura da metapsicologia freudiana à luz do gestaltismo presente sobretudo na obra de Goldstein.

A segunda parte procura estabelecer uma leitura fenomenológica dos operadores conceituais com os quais Perls concebeu uma clínica gestáltica. Trata-se, finalmente, de um estudo sobre as teorias que efetivamente participam da concepção clínica da GT, destacadamente a teoria do *self*. Dissertamos, no quarto capítulo, sobre a importância de Paul Goodman para o redirecionamento fenomenológico da proposta gestáltica de Perls, a ponto de formularem, juntos, uma fenomenologia da *awareness*. No quinto capítulo continuamos essa discussão, mas sob a ótica daquilo que os autores chamaram de fenomenologia do contato. No sexto capítulo, retomamos sistematicamente a teoria do *self*, núcleo duro das formulações teóricas dos

gestalt-terapeutas, agora sob a luz das bases fenomenológicas que o próprio Paul Goodman admitiu como constitutivas da proposta de clínica gestáltica, especialmente a fenomenologia do tempo.

Na terceira parte discutimos a clínica gestáltica da neurose, especificamente. Começamos, no capítulo sétimo, com uma apresentação da teoria gestáltica dos ajustamentos neuróticos. Retomamos as críticas de Perls à metapsicologia de Freud para demarcar o sentido preciso da noção de inibição reprimida na GT e sua função na configuração dos ajustamentos neuróticos. No oitavo capítulo, nos propomos a discutir a ética da intervenção gestáltica nos ajustamentos neuróticos, ocasião que nos servimos das reflexões de Merleau-Ponty e Martin Buber para pensar o “outro”, esse destinatário privilegiado da clínica gestáltica. No nono e último capítulo, dissertamos sobre o “estilo” de intervenção gestáltica. Discutimos temas concretos, tais: a configuração da experiência clínica como um fenômeno de campo; a formulação do contrato clínico; o diagnóstico e a intervenção clínica; o método reversivo da inibição reprimida na configuração dos ajustamentos neuróticos; a técnica da frustração habilidosa dos ajustamentos neuróticos e a técnica do experimento com a polaridade da inibição reprimida; o tema da alta em GT, dentre outros assuntos.

O texto que ora submetemos à comunidade de leitores de GT em língua portuguesa foi primeiramente desenvolvido no âmbito de dois seminários abertos ministrados, respectivamente, em fevereiro de 2005 e em janeiro de 2006 em Florianópolis, mas reeditados em outras cidades brasileiras no decurso desses anos. Trata-se dos Seminários de fenomenologia e Gestalt I e II. As discussões que estabelecemos nesses eventos e a acolhida crítica que recebemos foram determinantes na produção deste livro; razão pela qual manifestamos nossa profunda gratidão àqueles que nos acompanharam.

NOTAS

- 1 Para evitar a repetição excessiva dos nomes Perls, Hefferline e Goodman, optou-se, no decorrer do texto, por usar a sigla PHG.

- 2 Mais uma vez, para evitar a repetição, utilizar-se-á GT para fazer referência à Gestalt-terapia.
- 3 O progresso científico e tecnológico, acredita Dewey, gerou um efeito colateral indesejável, precisamente, uma profunda crise ética na sociedade contemporânea. Essa crise está fundada no fato de a ciência e a tecnologia desprezarem os valores humanos que se constituem na vida cotidiana em proveito de verdades que subsistiriam nas coisas em si. A solução para esta crise, entretanto, podemos encontrar na própria prática científica, acredita Dewey. Em suas práticas crítico-experimentais, os cientistas sempre partem de experiências não cognitivas, ante as quais e para as quais procuram antecipar conseqüências. Por meio da ciência e da tecnologia, se ocupam de melhorar as condições de vida da humanidade. Nesse sentido, os cientistas jamais abandonam o campo dos valores. Eis por que, a despeito das teorias formalistas, Dewey propõe uma teoria do conhecimento, cuja finalidade é restituir, no campo das discussões epistemológicas, a inexorabilidade das razões pragmáticas do cientista (Dewey, 1922).
- 4 Conforme o consultor José Américo Motta Pessanha (1988, p. XI), a justificativa do *clinamen* está garantida pela teoria do conhecimento (ou canônica) de Epicuro: a evidência imediata revela que existe um ser – o homem – que, embora constituído de átomos (como todos os seres do universo), manifesta a possibilidade de arbítrio, pelo qual altera os rumos de sua vida ou, pelo menos, pode modificar sua atitude interior diante dos acontecimentos. A existência da vontade livre seria, portanto, o fato experimentado que, por meio do critério da não-infirmação, encontraria explicação no desvio que deve também ocorrer nas trajetórias atômicas. Inconcebível seria admitir que um composto (o homem) apresentasse atributos inexistentes em seus componentes (os átomos). A doutrina do *clinamen* serve, assim, para fundamentar, dentro de um universo de coisas regido pelo fatalismo e pela necessidade mecânica, a espontaneidade da alma, a autonomia da vontade, a liberdade humana.
- 5 Não somos os únicos, menos ainda os primeiros a propor algo como um retorno às idéias que originalmente formularam a GT, tal como as podemos ler na obra *Gestalt-terapia* (1951). Antes de nós, Walter Ribeiro propôs esse retorno nos termos de um livro de relevância para nossos estudos e para a formação de muitas gerações de Gestalt-terapeutas, a saber, *Existência e essência* (1998). Tal como Walter Ribeiro, os escritos de Jean-Marie Robine também constituem uma tentativa de retorno aos princípios que regem a obra de Perls, Hefferline e Goodman – conforme atesta Michel Vincent Miller, em seu prefácio à obra *S'aparaitre à l'ocasion d'un autre* (Robine, 2004, p. 12).